

O Primeiro Mundo começa a ver a luz

Herbert Levy *

Em viagem ao Brasil patrocinada, a seu pedido, pela Gazeta Mercantil, o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Michel Camdessus, participou de mesas-redondas em São Paulo com dirigentes sindicais e dirigentes empresariais. Coube-me dirigir esses eventos, que tiveram excelente comparecimento, pelo interesse em conhecer pessoalmente e ouvir o dirigente máximo de um grande organismo econômico internacional. Mencionei, como já fizera em artigos, os maus resultados produzidos pela política imposta pelo FMI ao Brasil como condição para sua cooperação financeira. E citei as cifras que, sempre que possível, lembrava, para pressionar por uma política diferente da praticada no Primeiro Mundo: o

combate à inflação com medidas deflacionárias.

Repito, o que faço sempre que oportuno, que essa política, aplicada quando era ministro da Fazenda o sr. Delfim Netto, de 1980 a 1984, fora responsável por criar 4,5 milhões de desempregados, explosão das favelas e proletarização da classe média. Ou seja, a pior crise desde 1929.

A crítica que fizemos ao FMI foi aplaudida por líderes patronais e sindicais

Essa crítica, feita com franqueza e objetividade, mereceu aplausos calorosos tanto dos dirigentes patronais como dos sindicais. Mas aparentemente não sensibilizou o diretor do FMI, pois esse tipo de política continuou inalterado até ho-

je no plano internacional. A repercussão nos países desenvolvidos foi menos negativa porque, para princípio de conversa, o seguro desemprego nesses países funciona em condições bem melhores do que no Brasil ou em outros países em desenvolvimento.

Mas foi afinal a política aplicada pela equipe econômica do atual governo, com a óbvia aprovação do presidente da República. Não vou repetir a série de exemplos negativos registrados em nossos artigos, a começar pela crise no meio rural e deterioração da balança comercial, que anteriormente sempre dera saldos favoráveis.



Leio agora num matutino paulista que uma grande figura mundial, o economista John Harsanyi, Prêmio Nobel de Economia em 1955, manifestou-se contrário a medidas de estabilização da economia através dos juros altos. Ele declarou: "Taxas de juro altas trazem muitos problemas. Eu não concordo com as políticas de estabilização que funcionam somente com taxas de juro altas para atrair capital e financiar um desequilíbrio interno. Só funciona no curto prazo. No médio prazo surgem problemas, como desemprego".

Se personalidades com tanta autoridade no mundo

desenvolvido passam a expressar-se nesses termos é de esperar que a tese deflacionária para combater a inflação nos países em desenvolvimento seja objeto de um reexame, para pô-los ao abrigo dos graves inconvenientes que produzem.

O combate à inflação deve ser conduzido com flexibilidade e realismo

É bem verdade que no caso brasileiro ocorrem fatos que surpreendem mesmo numa política deflacionária, como é o caso dos juros superiores a 200% ao ano, que prevalecem em um número surpreendente de casos na área comercial, ao passo que 100% ao ano ou mais ocorrem na própria área financeira.

Ninguém precisa ser

economista para compreender como esses fatos são profundamente errados, fazendo desmoronar mesmo empresas sólidas. Não é possível aceitar que os responsáveis pela política econômica tenham contemplado esse quadro sem providências urgentes, tornando-se co-responsáveis por uma inadimplência superior a tudo quanto se conheceu no passado.

Não se pode contestar que o combate à inflação constitui prioridade absoluta. Mas ela deve ser conduzida com flexibilidade e realismo, para evitar os efeitos desastrosos no crescimento da inadimplência e no desemprego, por exemplo, além de outros, que não podem deixar de merecer prioridade próxima da anti-inflação pelo que representam de nefasto no plano econômico e social.

* Presidente do conselho de administração da Gazeta Mercantil.